

“Vontade geral” do povo ou do segmento cristão conservador? O discurso religioso como base populista de Jair Bolsonaro¹

Marcela BARBA²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

A intersecção entre religião e política é histórica no Brasil, antes com soberania católica e agora com proeminência evangélica. Ressalta-se que este último grupo mostra-se potente no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), bem como nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022, ambas com destacado apoio evangélico a Bolsonaro e uso de pautas morais. Atentando à “vontade geral” do povo como premissa do que um governante populista busca satisfazer, esta pesquisa busca refletir sobre como Bolsonaro o faz sem incorporar um povo plural, mas segmentando a um grupo cristão conservador. Deste modo, angaria apoio popular daqueles que se identificam com seu discurso e eleva a pauta religiosa e moral à esfera pública.

PALAVRAS-CHAVE: populismo; religião e política; Jair Bolsonaro; vontade geral; conservadorismo.

Introdução

A religião no Brasil mostra-se presente em situações e espaços que ultrapassam o foro do templo, interseccionando-se às vivências públicas da sociedade. Levando em consideração que no Brasil apenas 10% da população se declara sem religião (G1, 2020; IBGE, 2010), é coerente identificar seus atravessamentos em diversos campos, como os relacionados à cultura, direitos civis e arena política. Exemplo disso está no período eleitoral, o qual é considerado um momento prolífico para encontrar estes entrecruzamentos (MARTINO, 2015), fato evidenciado pelo peso da religião na campanha à presidência do Brasil em 2018 (GOLDSTEIN, 2020; MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2019; MARIANO; GERARDI, 2019) e 2022³. Note-se, porém, que

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação pelo PPGCOM-UFF, bolsista Capes, email: marcelabarba@id.uff.br.

³ Ver em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63209750>, <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5043277-lula-x-bolsonaro-entenda-a-guerra-nada-santa-sobre-religiao-nas-eleicoes.html>, <https://www.estadao.com.br/politica/guerra-santa-do-segundo-turno-provoca-ataques-a-religiosos-veja-casos/>

esta intersecção não é característica exclusiva do presente, uma vez que o envolvimento religioso na política nacional se dá desde o princípio da colonização (GUMIEIRO, 2018).

O presidente do Brasil Jair Bolsonaro, eleito em 2018 com amplo apoio do segmento evangélico, intensificou o uso da religião em sua campanha e modo de governar, com ministros evangélicos e slogan de campanha citando o nome de Deus. Com base neste cenário e o fato de Bolsonaro ser considerado um político populista de direita (CYRIL LYNCH; PASCHOETO CASSIMIRO, 2021; MELCHIADES SOARES, 2021; SILVA; LOPES, 2021), esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre como a “vontade geral” do povo, premissa daquilo que um governante populista busca realizar (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017), não incorpora um povo brasileiro plural, mas é direcionada a um segmento cristão conservador.

A fim de concretizar a reflexão proposta, este artigo divide-se em 4 tópicos: resgate histórico sobre a influência da religião na política nacional, do catolicismo a ascensão evangélica pentecostal; uma breve explicação sobre o populismo, tendo em vista as limitações do termo; em seguida reflete-se sobre como Jair Bolsonaro transforma a ‘vontade geral’ em vontade dos seus, reiterando um discurso religioso como estratégia populista; por fim, apresenta-se as considerações finais.

Ascensão religiosa na política

O vínculo entre política e religião, conforme já apontado, é encontrado ao longo da história do Brasil, datando desde a invasão portuguesa, no século XVI (HOORNAERT, 1984), até os dias atuais. A influência religiosa, especialmente católica, seguiu presente mesmo com a instituição da laicidade do Estado, a exemplo da autoridade da Liga Eleitoral Católica na Constituição de 1934, durante a era Vargas, na qual atuou pela manutenção da rigidez em assuntos morais, “como a proibição do divórcio, o ensino religioso nas escolas e o estabelecimento de subsídios estatais para as obras assistenciais vinculadas a Igreja” (SILVA, 2017). Neste período, “a igreja opta por atuar, com toda visibilidade possível, na arena política. Essa opção implica a colaboração com o Estado, em termos de parceria e de garantia do status quo” (AZEVEDO, 2004, p. 112), numa relação de mútuos favorecimentos, na qual ela apoia as ações do governo e este valoriza suas reivindicações.

Todavia, a Igreja Católica, a qual manteve-se por séculos como personagem relevante na associação político-religiosa brasileira, ora associada à coroa portuguesa, ora

ao Estado Novo até chegar ao apoio e à oposição à ditadura militar, tem perdido espaço para um novo sujeito cristão que ascende na arena política nacional desde a redemocratização: o segmento evangélico.

Ressalta-se que o crescimento evangélico é impulsionado, de fato, pela atuação do movimento pentecostal, que teve sua aceleração intensificada a partir da redemocratização em 1988, momento no qual os evangélicos assumem posição de destaque na política nacional, passando a “conquistar igualmente crescente visibilidade pública, espaço na tevê e poder político partidário” (MARIANO, 2008, p. 69). Neste período inicia a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a qual atualmente possui 220 deputados de diferentes partidos e espectros ideológicos⁴, cujos congressistas unem-se principalmente “em torno de pautas morais, e não em torno da elaboração de políticas públicas de cunho mais estrutural” (PRANDI; SANTOS, 2017, p. 210). O surgimento desta bancada ocorre alinhado ao projeto de neocristandade, lançado por um líder da Igreja Assembleia de Deus, em 1986, o qual alegou que os postos-chave do país deveriam ser ocupados pelos “eleitos de Deus” (SIEPIERSKI, 1997).

No que tange às ações no campo político evangélico, elas são marcadas sobretudo por bandeiras conservadoras, especialmente em assuntos relacionados à moral (GOLDSTEIN, 2020), assemelhando-se inclusive às pautas defendidas pela Igreja Católica no início do século, como a atuação da Liga Eleitoral Católica na constituição de 1934. Todavia, o catolicismo que, conforme afirma Alves (2017, p. 8), era o guardião “dos princípios de autoridade, ordem e hierarquia no Brasil”, tem com os movimentos ligados à Teologia da Libertação⁵ ações atreladas à crítica social que os torna oposição aos governos autoritários, logo abre “espaço para os grupos que apoiavam tais regimes”.

Prandi e Santos (2017, p. 194–199) salientam, a partir de pesquisas do Instituto Datafolha de 2014 e 2015, que “na maioria dos casos a pertença a um grupo religioso específico tende a não fazer diferença na distribuição das opiniões relativas aos diversos temas estruturais abordados”. No entanto, quando a pauta é relacionada à moralidade, a associação religiosa, especialmente evangélica, se distancia da concepção geral, a exemplo da “rejeição à homossexualidade, pauta insistentemente propagandeada nos

⁴ Ver em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalle.asp?id=54477>

⁵Embora as Comunidades Eclesiais de Base tenham se destacado na vertente crítica da Igreja Católica, o Movimento Carismático Católico vai na contramão da Teologia da Libertação, com fortes críticas a ela, e traz consigo também a competição aos pentecostais por fiéis que buscam uma prática religiosa com presença do sagrado (PIERUCCI; PRANDI, 1995, p. 38), além de terem destacada presença midiática, como seus adversários religiosos.

púlpitos e nas mídias por lideranças evangélicas de todo escalão, do pequeno pastor ou ancião aos populares pregadores notáveis”. Enquanto 27,4% da população geral acha que “a homossexualidade deve ser desencorajada por toda sociedade” e 21,4% dos católicos concordam com esta afirmação, entre os evangélicos pentecostais este número se sobressai, alcançando 44,9% de seus adeptos.

Logo, a partir desses dados, torna-se perceptível o motivo da ênfase direcionada mensagens de cunho moral em períodos eleitorais, uma estratégia que pode ajudar a definir votos. Note-se que, além desta visão comum entre o eleitorado evangélico e os candidatos religiosos no quesito moral, há também outro ponto importante no que tange a escolha dos candidatos por parte do eleitorado: o voto por adesão. Segundo Heredia e Palmeira (2006, p. 8), os eleitores brasileiros, ao escolherem seus representantes, atentam aos círculos em que estão inseridos, como “sua família, suas redes de relações e outras unidades significativas” (HEREDIA; PALMEIRA, 2006, p. 8) e, aqui, mencionamos as igrejas como exemplo de ambientes de influência. Prandi, Santos e Bonato (2019), no entanto, afirmam que mais importante do que olhar a adesão dos religiosos àquilo que seu líder indica é notar o poder organizacional e financeiro dos templos, que podem atuar com fortes cabos eleitorais e ainda recolherem vastas quantias financeiras, que não passam pela fiscalização que candidatos seculares enfrentam, e podem ser empregadas na campanha de seus eleitoráveis.

Em relação à esta possibilidade de influência de votos do público religioso, cabe retornar à eleição de 2018 no Brasil que, marcada por intensa polarização, teve o voto evangélico como essencial para o desfecho da disputa, visto que a diferença de votos entre os eleitores evangélicos, no segundo turno, ultrapassou 11,5 milhões a favor de Jair Messias Bolsonaro (DATAFOLHA, 2018). Esse número é superior a diferença de votos sobre Fernando Haddad, candidato adversário, que não chegou a 10,8 milhões de votos. Ainda que não seja possível afirmar que apenas a religiosidade definiu a eleição, visto que havia diversos elementos envolvidos, esses dados reforçam o valor do voto evangélico na eleição presidencial de 2018, realizado principalmente por meio de apelos relacionados à moral (GOLDSTEIN, 2020; MARIANO; GERARDI, 2019).

A partir do cenário apresentado, é notável a pertinência da religião e do discurso religioso no Brasil. Logo, torna-se evidente o interesse de um presidencial acenar a este segmento, ainda que não determine o peso que deve exercer em suas estratégias de campanha e governabilidade, a ponto de incorporar suas pautas como “vontade geral”.

Populismo

O estudo de populismo apresenta-se como desafiador por ser um termo que inclui múltiplas visões, fato que ocasiona dificuldade em sua definição. Nas palavras de Laclau (2013, p. 33) “um traço persistente da literatura sobre o populismo é sua relutância - ou dificuldade - em dar ao conceito qualquer significado preciso”. Uma das principais críticas ao termo é o fato de possuir definições tão amplas que é possível incluir diferentes tipos de políticos, partidos e ideologias dentro dele (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017). Deste modo, compreendemos que o populismo em si não pode ser enquadrado como democrático ou antidemocrático, uma vez que tanto políticos fascistas ou associados a movimentos igualitários são encontrados dentro desta classificação (ARDITI, 2010).

De modo geral, seus estudos podem ser realizados em diferentes vieses, tais como discurso político, ideologia, movimento, bem como associado a outros importantes fenômenos políticos, como nacionalismo, fascismo, revoltas, entre outros (DEMERTZIS, 2006). Porém, conforme elucida Demertzis (2006, p. 112), “quase todas as interpretações do populismo incluem o fator afetivo de forma disfarçada ou implícita”⁶.

Laclau (1987, p. 25) afirma que “o ‘populismo’ sempre foi considerado um parente pobre da teoria política”⁷. Diferente dos conceitos de classe, força social, burguesia, o populismo tem atrelado a si um significado pejorativo, aparecendo frequentemente associado a uma forma de manipulação (LACLAU, 1987). Esta perspectiva superficial, como apontada por Laclau, vai ao encontro do frequente enfoque veiculado pela mídia tradicional, a qual costuma tratar populismo como sinônimo de demagogia, corroborando para a dificuldade de uma definição precisa.

Atentos a limitação do termo, porém com o intuito de refletir sobre o uso da religião num contexto atual e dado como populista, para esta pesquisa seguimos a definição proposta por Mudde e Rovira Kaltwasser (2017, p. 5–6): “populismo é uma ideologia tênue que considera a sociedade separada em dois campos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que defende que a política deve ser

⁶ Tradução da autora. Texto original: “Nearly all interpretations of populism include the affective factor only in a disguised or implicit way”. (DEMERTZIS, 2006, p. 112).

⁷ Tradução da autora. Texto original: “El ‘populismo’ ha sido considerado siempre como un parente pobre de la teoría política” (LACLAU, 1987, p. 25).

uma expressão da ‘vontade geral’ do povo”⁸. Assim, os três principais conceitos que o populismo agrega, para os autores, são o povo, a elite e a vontade geral. Neste caso, o último conceito é no qual focalizamos, uma vez que a vontade geral exercida pelo Presidente da República mostra-se restrita a determinado segmento do povo.

Lage e Saraiva (2021) alertam para o fato do populismo, enquanto ideologia tênue, estar relacionado às normas e valores da vida social, pode ocasionar uma acentuada moralização da política, impedindo o debate público e possíveis acordos. Assim, a polarização moral amplifica o autoritarismo, uma vez que o líder populista e seus convictos apoiadores passam a exigir uma autoridade moral, com amplo viés religioso e conservador. O *dark side* do populismo, como apontado por Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), tem na “vontade geral” um meio de conquistar apoio a tendências autoritárias de seu líder, pois a vontade geral seria absoluta, ocasionando ataques aos que possam ameaçar esta dita homogeneidade do povo.

Esta lógica divisionista caracteriza-se por unir de um lado, aqueles que estão dentro do que é considerado povo idealmente, e polarizar de outro. Mobilizando seus grupos em oposição ao inimigo em comum (WAHL-JORGENSEN, 2018). Note-se, porém, que Mudde e Rovira Kaltwasser (2012) ao comparar o populismo latino americano e europeu, demonstraram que enquanto o primeiro teria uma característica de inclusão, com os pobres, o segundo se destacaria pela exclusão, os ‘aliens, imigrantes. Frisa-se que estas distinções ocorrem regionalmente e temporalmente, dado que no exemplo da América Latina esta performance de inclusão não é padrão a todos. Um governante de extrema direita neoliberal não terá a mesma preocupação com a pobreza que um governante de esquerda.

A vontade geral, a qual busca o líder populista satisfazer, pode ser usada como uma munição para um governo autoritário, conquistando apoio popular em nome de um povo que rejeita nuances e pluralidades. Com base nisso, o presente artigo segue para a reflexão de como o então Presidente da República Jair Bolsonaro se apropria de um discurso religioso conservador como arma de campanha e governo, angariando apoio popular por aqueles que se identificam com sua pauta e elevando a pauta religiosa e moral à esfera pública.

⁸ Tradução da autora. Texto original: “we define populism as a thin-centered ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic camps, “the pure people” versus “the corrupt elite,” and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people”. (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017, p. 5–6).

A religião na atuação populista de Bolsonaro

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Com este slogan Jair Bolsonaro venceu a eleição à presidência do Brasil em 2018. Sua campanha contou com amplo apoio de lideranças evangélicas e foi repleta de desinformações, especialmente no campo da moral, a exemplo do chamado “kit gay”⁹. Embora religião e política se entrecruzem ao longo da história do Brasil, como já exposto, este pleito destacou ainda mais os evangélicos na política, garantindo uma expressiva diferença de votos a favor de Bolsonaro em relação a Haddad.

Conforme indica Feres Júnior e Gagliardi (2021), um aspecto que associa Bolsonaro a demais políticos populistas está em sua retórica do “nós” contra “eles”, sendo o “nós” os homens de bem e o “eles” a corrupção moral e política, personificado no PT e na esquerda. Recorda-se que o político populista defende que a política deve expressar a “vontade geral” do povo (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017), apesar de Bolsonaro não dar relevância ao “povo” em seus discursos, “ele invoca outro conceito imbuído da mesma função de fornecer uma entidade estável e sagrada em torno da qual sua mensagem é construída: a família”¹⁰ (FERES JÚNIOR; GAGLIARDI, 2021, p. 99). Bolsonaro ao se apresentar como o paladino da moral e costumes, em defesa da “família tradicional brasileira”, contrário aos direitos LGBTQIA+ e feminismo se aproxima das vertentes religiosas conservadoras brasileiras. Seu discurso também se conecta ao expresso pelos evangélicos pentecostais ao justificarem sua aproximação da política, na elaboração Carta Constitucional de 1988, no qual propuseram combater “a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto” (MARIANO, 2011, p. 250).

Bolsonaro, ao optar por um discurso religioso e moralista, troca a “vontade geral” do povo pobre, até então central no populismo inclusivo latino-americano (MUDDE;

⁹ O chamado “kit gay” foi uma notícia falsa amplamente explorada durante a campanha eleitoral de 2018. O candidato Jair Bolsonaro e seus aliados divulgaram que Fernando Haddad era autor de um projeto que visava mostrar pornografia às crianças. Todavia o verdadeiro projeto que se chamava “Escola sem Homofobia”, era destinado apenas a educadores, não a crianças, e nunca fez parte dele o polêmico livro “Aparelho Sexual e Cia - Um guia inusitado para crianças descoladas”, do suíço Phillipe Chappuis.

¹⁰ Tradução da autora. Texto original: “he does invoke another concept imbued with the same function of providing a stable and sacred entity around which his message is construed: the family”. (FERES JÚNIOR; GAGLIARDI, 2021, p. 99).

ROVIRA KALTWASSER, 2012), por um “povo” religioso e conservador. Deste modo atende às elites, mas com um discurso populista de fácil compreensão à uma nação em que mais de 85% da população se declara como católica ou evangélica.

Nestas intersecções político-religiosas, Martino (2017) afirma que a igreja aparenta conquistar força como um jogador que atua nos espaços políticos, potencializada a partir de suas relações midiáticas. Destaca-se, em vista disso, que Bolsonaro obteve apoio de lideranças religiosas evangélicas com atuação expressiva na mídia, tradicional e digital. A exemplo de Silas Malafaia e Edir Macedo em 2018, ambos com relevante presença na televisão e mídia digital. Tais apoios seguiram fortalecidos no pleito de 2022, incluindo ainda os pastores André Valadão¹¹, Deive Leonardo¹², Claudio Duarte¹³ entre outros com milhares de fãs e fiéis em suas redes sociais. Estes apoios consagrados no segmento gospel contribuem a um interesse eleitoral, o voto por adesão (HEREDIA; PALMEIRA, 2006), assim como corroboram a mensagem da “vontade geral” de seus eleitores e apoiadores, pois ampliam a visibilidade religiosa e conservadora na arena política.

Tendo em vista que o pleito de 2022 ostentou apoio massivo dos evangélicos a Bolsonaro¹⁴, é possível inferir que seu governo foi positivamente aceito por este grupo religioso. É preciso lembrar que Bolsonaro não acenou aos evangélicos apenas durante a campanha eleitoral, ele os colocou em altos cargos do governo, a exemplo do pastor Milton Ribeiro que foi ministro da Educação (2020-2022) e a pastora Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (2019-2022). Além, é claro, da promessa de indicação de um ministro “terrivelmente evangélico” para o Supremo Tribunal Federal (STF), o que concretizou com a indicação do pastor presbiteriano André Mendonça, realizada em 2021¹⁵.

O apoio de lideranças religiosas em seu governo, bem como a inserção de pastores em cargos estratégicos, deixa evidente como o sujeito político contribui para a ocupação religiosa da esfera pública, fortalecendo “a instrumentalização mútua entre religião e política” e legitimando e estimulando o ativismo político-partidário dos religiosos”

¹¹ Ver em: <https://www.instagram.com/andrevaladao/>

¹² Ver em: <https://www.instagram.com/deiveleonardo/>

¹³ Ver em: <https://www.instagram.com/claودیuardte/>

¹⁴ Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-bolsonaro-amplia-distancia-de-lula-entre-evangelicos.shtml>

¹⁵ Ver em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-cita-terrivelmente-evangelico-e-parabeniza-mendonca-no-stf/>

(MARIANO, 2011, p. 251), interseccionando as esferas públicas e privadas nas campanhas eleitorais e suas formas de governar.

Este peso da religião no discurso e na atuação do Chefe de Estado nos remete a afirmação de que “as minorias devem se adequar à maioria”, frase reiteradamente proferida, em meio a variações, por Bolsonaro ao longo dos anos¹⁶, indicando sua forma de pensar e atuar. Um divisionista que contrapõe o “nós”, maioria religiosa conservadora, e “eles”, a minoria que busca igualdade em direitos, sejam estes de gênero ou raciais. Conforme afirma Lage e Saraiva (2021, p. 129) “instaura-se, portanto, um conflito entre o povo “autêntico” e os inimigos da vontade popular, tão estrategicamente idealizada quanto a própria percepção de “povo”.

Verifica-se, portanto como Bolsonaro exerce um populismo que não abandona a “vontade geral”, ele a executa, mas o povo a quem ele serve não é o povo definido por meio de conceitos de raça ou cultura, eles são aqueles que se identificam com a família tradicional brasileira, construída sobre uma base cristã e heteronormativa (FERES JÚNIOR; GAGLIARDI, 2021). Dessa forma, como um líder populista, ele polemiza ao não se contrapor à tradicional elite econômica, ao contrário, são aliados, porém combate aqueles que ameaçam o conservadorismo cristão tradicional.

Ao recordar que a “vontade geral”, em seu lado crítico, serve como um meio de angariar apoio às tendências autoritárias do líder populista (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017), é possível reconhecer como tal estratégia é benéfica a um presidente que abertamente elogia a Ditadura Militar (ALENCAR, 2020), ameaça o STF (SIMÕES; SILVA, 2022) e a liberdade de imprensa (FENAJ-OBJETHOS, 2022), mas segue firme em sua popularidade perante ao “povo” cristão conservador. O “nós” contra “eles” de Bolsonaro minimiza as críticas às elites econômicas, tirando-as dos holofotes, ascendendo a moral a fim de deslegitimar aqueles que se opõem a ele.

Reflete-se, desta forma, que o caráter divisionista explorado por Bolsonaro, no qual acirra e prioriza um grupo sobre o outro, favorece o crescimento do conservadorismo e das pautas morais na esfera pública. As quais mostraram-se em profusa efervescência no pleito de 2022, sendo ele “vítima” de sua própria armadilha, visto que a campanha de

¹⁶ Ver em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm>;
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna_politica.857173/vamos-respeitar-as-minorias-mas-quem-decide-e-a-maioria-diz-bolson.shtml;
<https://www.otempo.com.br/politica/a-minoria-tem-que-se-curvar-1.352269>

Lula, seu principal adversário, aderiu às pautas morais no segundo turno. Expondo, assim, um vídeo no qual o Bolsonaro afirma que “pintou um clima” entre ele e meninas de 14 anos, sugerindo exploração sexual de menores. Este fato levou a *hashtag* “Bolsonaro pedófilo” aos assuntos mais comentados do Brasil¹⁷. Logo, o “nós”, composto pelos arautos da moral e bons costumes, mostra-se fragilizado, ainda que temporariamente.

Por fim, recorda-se que o uso da religião na política não é exclusivo de Bolsonaro, uma vez que seus imbricamentos são históricos. O foco neste *paper*, no entanto, é refletir sobre como um líder populista faz uso da religião e do conservadorismo em sua campanha e governo, com apoios e nomeações religiosas, mascarando tendências autoritárias por meio da realização da “vontade geral” de um povo idealizado como uma maioria cristã conservadora.

Considerações finais

A ascensão evangélica, como força social e política, é uma realidade que ocorre em todas as Américas, a exemplo das alianças junto a presidentes, alinhados à direita, como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, ambos amplamente apoiados, em nome de uma dita defesa da família e moral, por lideranças evangélicas pentecostais (GOLDSTEIN, 2020). O presente estudo buscou refletir sobre como um líder populista como Bolsonaro faz uso da “vontade geral” do povo num viés religioso conservador, favorecendo o segmento evangélico.

A eleição presidencial de 2018, o governo de Bolsonaro com pastores à frente de ministérios, bem como a eleição de 2022 revelam que a intersecção entre religião e política, outrora com os católicos em evidência, segue em crescente efervescência com os evangélicos. Deste modo, observar como um líder populista de direita faz uso da “vontade de todos”, porém voltada a um povo que não compreende nuances e pluralidades de um Brasil extenso, mostra como sua atuação se distancia das visões do populismo inclusivo da América Latina (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2012).

Reflete-se, por fim, que o envolvimento evangélico na política não tende a diminuir necessariamente por Bolsonaro deixar a Presidência da República, sua gestão os destacou e os levou a lugares de ampla visibilidade, porém a ascensão deste segmento

¹⁷ Ver em: <https://www.estadao.com.br/politica/meninas-venezuelanas-fala-bolsonaro-video-live-pintou-clima-pedofilo/>

religioso está em contínuo crescimento desde a redemocratização, a exemplo de sua presença na FPE (RODRIGUES-SILVEIRA; CERVI, 2019). Resta verificar se a pauta moral seguirá conclamada com tamanho afinco pelos futuros Chefes de Estado, populistas ou não.

Referências

ALENCAR, G. F. DE. Jair Messias Bolsonaro: o “ eleito” de Deus ? **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 37, p. 161–175, 2020.

ALVES, S. Fé e voto : a presença da religião na política brasileira. **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política**, 2017.

ARDITI, B. Populismo Y Democracia. In: **La Política em los bordes del Liberalismo**. 2. ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2010.

AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 109–120, 2004.

CYRIL LYNCH, C. E.; PASCHOETO CASSIMIRO, P. H. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis Revista Chilena de Investigaciones Estéticas**, v. 70, p. 223–249, 2021.

DATAFOLHA. **Eleições 2018**. Disponível em:
<<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

DEMERTZIS, N. Emotions and populism. **Emotion, Politics and Society**, p. 103–122, 2006.

FENAJ-OBJETHOS. **Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação**. Florianópolis: UFSC, 2022.

FERES JÚNIOR, J.; GAGLIARDI, J. Populism and the Media in Brazil: The Case of Jair Bolsonaro. In: **The Politics of Authenticity and Populist Discourses: Media and Education in Brazil, India and Ukraine**. 1. ed. Cham, Switzerland: Palgrave Mamillan, 2021.

G1. **50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha**. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>>.

GOLDSTEIN, A. A. **Poder evangélico: Cómo los grupos religiosos están copando la política en América**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2020.

GUMIEIRO, F. As ordens religiosas e a construção sócio-política do Brasil: Colônia e

Império. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 46, p. 63–78, 2018.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M. **O voto como adesão Teoria e cultura**, 2006.

HOORNAERT, E. **A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1984.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>>.

LACLAU, E. Populismo y Transformacion del Imaginario Politico en America Latina. **Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, n. 42, p. 25–38, 1987.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAGE, L. R.; SARAIVA, L. S. Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo. **Revista ECO-Pós**, v. 24, n. 2, p. 124–150, 2021.

MARANHÃO FILHO, E. M. DE A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65, 2019.

MARIANO, R. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, p. 68–95, 2008.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011.

MARIANO, R.; GERARDI, D. A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, n. 120, p. 61–76, 2019.

MARTINO, L. M. S. A mediatização do campo religioso: esboço de uma síntese possível. **Comunicação & Informação**, v. 18, n. 2, p. 6–21, 2015.

MARTINO, L. M. S. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais**. [s.l.] Paulus, 2017.

MELCHIADES SOARES, M. **Populismo e pós-verdade na gestão do primeiro ano da pandemia do Coronavírus no Brasil: as lives semanais de Jair Bolsonaro no YouTube**. [s.l.] Universidade de Lisboa, 2021.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, p. 1–28, 2012.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. **Populism: A Very Short Introduction**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2017.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, v. 3, n. 1, p. 32–63, 1995.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. DOS. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no congresso nacional e na frente parlamentar evangélica. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 187–214, 2017.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. DOS; BONATO, M. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, n. 120, p. 43–60, 2019.

RODRIGUES-SILVEIRA, R.; CERVI, E. U. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 3, p. 560–573, 2019.

SIEPIERSKI, P. D. Pós-Pentecostalismo e Política no Brasil. **Estudos Teológicos**, v. 37, p. p.47-61, 1997.

SILVA, E. F. DA; LOPES, M. S. “Acabou , porra!”: Jair Bolsonaro e a retórica do populismo autoritário. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 34, p. 125–149, 2021.

SILVA, L. G. T. DA. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos**, v. 64, n. 64, p. 223, 2017.

SIMÕES, P. G.; SILVA, T. A linguagem fascista e a constituição da imagem pública: uma análise sobre Jair Bolsonaro. **RuMoRes**, v. 16, n. 31, p. 60–86, 2022.

WAHL-JORGENSEN, K. Media coverage of shifting emotional regimes: Donald Trump’s angry populism. **Media, Culture and Society**, p. 1–13, 2018.